

A escrita da história militar da Guerra do Paraguai: o exemplo de Emilio Carlos Jourdan*

Writing the military history of Paraguay War: the example of Emilio Carlos Jourdan

André Fertig

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Ismael Vincensi

Graduando em História na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

RESUMO

Este artigo investiga o livro *A Guerra do Paraguai*, do autor Emilio Carlos Jourdan, militar ex-participante da guerra, tendo como objetivo realizar uma análise historiográfica acerca da obra, buscando compreender como Jourdan explicou o conflito e quais as características de sua historiografia.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra do Paraguai, Emilio Carlos Jourdan, Historiografia militar

ABSTRACT

This article investigates the book *The War of Paraguay*, the author Emilio Carlos Jourdan, military former participant of the war, having as objective to perform an analysis historiographical concerning the work, seeking to understand how Jourdan explained the conflict and the characteristics of their historiography.

KEYWORDS: War of Paraguay, Emilio Carlos Jourdan, military historiography

Emilio Carlos Jourdan nasceu em 19 de julho de 1838, na cidade de Namur, Bélgica. Depois de formar-se em engenharia veio para o Brasil com 25 anos e se estabeleceu na cidade do Rio de Janeiro. Ele casou em 1874 com Helena Elizabeth Julia Caffier, filha do francês Charles Augustin Caffier e de Marie Julie Caffier. Do casamento nasceram catorze filhos, dez no Rio de Janeiro, um em Joinville e três em Jaraguá do Sul. Jourdan participou da Guerra do Paraguai, alcançando o posto de 1º Tenente do Corpo de Engenharia e, no período republicano, chegou ao posto de Coronel Honorário. Ele ainda foi fundador da cidade de Jaraguá do Sul e veio a falecer em 8 de agosto de 1900. É patrono da 3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada, unidade de Engenharia do Exército Brasileiro situada na cidade gaúcha de Dom Pedrito.

* Artigo recebido em 07 de outubro de 2015 e aprovado para publicação em 22 de outubro de 2015.

Em 1871 Jourdan escreveu um relato memorialístico acerca do conflito bélico em que havia participado, "*Guerra do Paraguai*", documentando as suas impressões sobre o conflito, que será objeto de análise historiográfica neste artigo. Portanto, este artigo tem por objeto analisar um exemplo da historiografia tradicional acerca da Guerra do Paraguai, no intuito de compreender como o historiador militar Emílio Carlos Jourdan construiu sua versão sobre a Guerra do Paraguai.

Desde o final da Guerra do Paraguai até hoje a historiografia sobre o conflito produziu diversas versões sobre o evento, o que é inerente à historicidade da produção do conhecimento histórico. Durante o conflito e logo após, ainda no contexto das disputas acirradas de cunho nacionalistas próprias da segunda metade do século XIX, houve uma ênfase em explicar as causas da guerra exclusivamente pelo ímpeto expansionista do "ditador paraguaio" Solano López. A partir dos anos 1960 despontou uma historiografia revisionista, que produziu uma versão em que a explicação para a guerra passava pelo papel da Inglaterra, cujo objetivo primordial era, supostamente, impedir a ascensão de uma nação latino-americana poderosa e autônoma, no caso, o Paraguai. Por fim, as correntes historiográficas das últimas décadas buscam compreender o conflito inserido no contexto de um processo histórico fundamental da América do Sul nos oitocentos, ou seja, no processo de construção dos Estados Nacionais.¹

Da primeira tendência historiográfica que citamos acima é que vamos nos ocupar nesse artigo. Ao longo do século XIX, a história militar foi frequentemente associada a outros campos da história e mesmo da literatura. Seria difícil separá-la desses gêneros para considerá-la um campo próprio. O que é considerado como "história militar tradicional", aquela que trata de eventos, batalhas, heróis, entre outros aspectos, emergiu como tendência da escrita da história no Brasil nos anos 1890, alcançando seu ápice na primeira metade do século XX. Tal historiografia foi marcada, na maior parte das vezes, por ser um território de historiadores militares e, ocasionalmente, de admiradores civis. Segundo Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik

Kraay, foi somente a partir dos anos 1890 que surgiu um gênero identificável como história militar brasileira. Eram escritores predominantemente militares, que recebiam apoio institucional do exército para publicação de obras historiográficas. O próprio autor estudado aqui, Emílio C. Jourdan, é um exemplo dessa vertente, mas também outros, como José Bernardino Bormann, Emílio Fernandes de Souza Docca e Augusto Tasso Fragoso, fazem parte dessa narrativa.²

A guerra contra o Paraguai foi acontecimento central da história da América do Sul na segunda metade do século XIX. Emílio Carlos Jourdan, ex-participante do evento, assumiu, nos moldes da historiografia tradicional, a representação do evento sob a ótica do heroísmo e da exaltação patriótica. Com uma narrativa nacional-patriótica, de apologia ao Estado e num relato de caráter factual, que entende a história como uma sequência linear e cronológica de acontecimentos, este historiador apresentou a guerra como um choque entre a civilização, no caso, a brasileira, e a barbárie, representada pelo Paraguai e seu ditador:

5 de Agosto, finalmente, depois de nove dias e nove noites de fogo, tendo resistido a todos os horrores de um sitio e ultimamente aos da fome, na península, rendeu-se a guarnição cem as honras da guerra. Os sentimentos de humanidade, de que o exercito brasileiro tem dado tantas e tão exuberantes provas, n'aquela ocasião demonstraram claramente, que esta guerra era a da civilização contra a barbaria.³

A narrativa histórica tradicional possui, entre suas características mais destacadas, um discurso nacionalista, de construção de heróis e uma minuciosa descrição de eventos, na tentativa de transportar o leitor para o cenário do evento no passado. A necessidade de se estudar o Brasil era tarefa precípua ao longo do século e aos historiadores cumpriam tal objetivo. O conhecimento do passado dessas terras latino-americanas, que constituíram parte importante no Império português até o início do século XIX, ne-

cessitava de uma memória e de uma história na perspectiva de um Estado nacional em construção, como era o caso do Brasil. Sendo assim, “uma articulação entre conhecimento e exercício de poder, entre demandas fundadas num conhecimento da história e do território e a implantação de um projeto de construção nacional”, foi característica da escrita da história dos oitocentos.⁴

A construção de personagens heroicos passou também a fazer parte dos objetivos dessa escrita da história vinculada e produzida pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Podemos pensar que o próprio IHGB, enquanto instituição, de certa maneira, encarnou a figura de herói, ou de um herói que seria um agente coletivo. Suas tarefas históricas consistiriam em salvar o passado nacional e em construir uma memória nacional. Januário da Cunha Barbosa, primeiro secretário do IHGB, propôs um projeto biográfico ao Instituto. Não se tratava, porém, de uma posição irrefletida, mas de um sinônimo aproximado do movimento da história. Na concepção de atuação historiográfica de Barbosa, o mundo se transformava graças aos grandes homens.

Além disso, essa perspectiva historiográfica, que articulava história e política, previa que a história de nossos grandes homens seria escrita pelos nossos historiadores “nacionais”, servindo tal produção do conhecimento histórico como subsídio para a construção de uma identidade nacional.

Quanto à narrativa nos moldes da história tradicional realizada por Jourdan, podemos caracterizá-la como uma minuciosa narração de eventos e atuações individuais que possui o objetivo de construir um relato que objetiva transportar o leitor para o cenário dos acontecimentos históricos. Tal característica de escrita, o historiador alemão Reinhart Koselleck denominou de relato que acaba por produzir uma “ficção do factual”, visto que, embora o historiador acredite que esteja relatando os fatos tais como aconteceram, a maneira de Leopold von Ranke, sua representação do evento e das ações humanas no passado, como não poderia deixar de ser, jamais é idêntica ao que aconteceu. E, uma narrativa de cunho nacionalista, impregnada de valores, ideias,

posições políticas, entre outros atributos parciais do historiador, explicita ainda mais essa perspectiva subjetiva de construção do conhecimento histórico que se traduz no caráter da narrativa. Nesta perspectiva, o resultado é que o historiador, segundo Koselleck, termina por produzir um texto que se aproxima do ficcional.⁵

Emílio Carlos Jourdan, em *A Guerra do Paraguai*, expõe exemplos nítidos desse caráter da narrativa dos fatos vividos, ao retratar, como não poderia deixar de ser, sua visão ou versão da Guerra do Paraguai, ao selecionar certos eventos em detrimento de outros para abordar e, principalmente, ao conferir certo sentido ou explicação para o objeto histórico em questão, usualmente referendando a política imperial. Na reprodução da atuação do Imperador Dom Pedro II, após o cerco a Uruguaiana, Jourdan exalta o papel do soldado na busca da honra e dignidade nacional. Além disso, percebemos a ênfase do autor na retórica nacionalista no seu relato:

Soldados! O território desta província acha-se livre, graças á simples attitude das forças brasileiras e aliadas. Os inimigos renderam-se, mas não está terminada a nossa tarefa. A honra e a dignidade nacional não foram de todo vingadas; parte da província de Mato-Grosso e do território da Republica argentina jazem ainda em poder do nosso inimigo. Avante, pois, que a Divina Providencia e a justiça da causa que defendemos coroarão nossos esforços.⁶

Pelo que percebemos, Jourdan era tributário da concepção e modelo de história produzida no Brasil nos oitocentos nos moldes do IHGB. Segundo Manuel Salgado Guimarães, “foi somente com a criação do IHGB, em 1838, que se criou e aos poucos se fortaleceu a concepção de que a história do Brasil deveria ter a função de auxiliar na construção de uma imagem para a Nação”.⁷ Fazia parte dessa perspectiva historiográfica, como vemos em Jourdan, afirmar o caráter do Brasil como representante da ideia de civilização na América do Sul. O caráter “civilizatório” possuía também grande

impacto na autoafirmação nacional, pois, como vimos, o conflito baseava-se em levar a civilização aos “bárbaros”:

Num processo muito próprio ao caso brasileiro, a construção da ideia de Nação não se assenta sobre uma oposição à antiga metrópole portuguesa; muito ao contrário, a nova Nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa.⁸

A partir dessa perspectiva, a construção da identidade nacional, da nação e do Estado se aglutinava, formando uma unidade própria, sob a ótica da historiografia brasileira dos oitocentos. No contexto histórico da formação do Estado e da nação era necessária a construção ou invenção do “outro”. Com este objetivo, os grandes inimigos externos eram as repúblicas latino-americanas, sendo o regime republicano a corporificação da barbárie.⁹

Os primeiros discursos e trabalhos do IHGB proferidos pelo Cônego Januário da Cunha Barbosa e pelo Marechal Raymundo José da Cunha Mattos já tratavam de lições sobre o método historiográfico, procurando refletir o que é história, seus autores e como ela deveria ser escrita. A partir dos discursos proferidos, esses fundadores da historiografia no âmbito do Império produziram um conjunto de noções e parâmetros para a escrita da história que inspiraram as ações do IHGB e seus historiadores ao longo dos oitocentos e inclusive durante boa parte do século XX. Em tempos de construção do Estado nacional brasileiro, a escrita da história deveria auxiliar na unificação simbólica da nação, pois se os acontecimentos históricos ocorriam em diversos lugares do território do Império, era tarefa precípua do IHGB articular essa diversidade de passados e diferenças regionais em uma única história nacional. É através da história que deveria ser estimulado o sentimento de pertencimento a um mesmo Estado nacional.

A *historia magistra vitae*, ou traduzida, a história mestra da vida, faz parte da concepção de história expressada pelo IHGB. Expressão cunhada por Cícero, a *historia*

magistra vitae deveria servir como instrução para a vida através da coleção de exemplos. Essa característica do relato histórico percorreu os séculos e alcançou a produção do conhecimento história realizada pelo IHGB. Tal caráter dessa historiografia pode ser exemplificado pelas falas de Januário da Cunha Barbosa, sendo um princípio que irá orientar as investigações do IHGB desde seu início. Ou seja, antes de tudo, o ofício do historiador deve servir a nação. Eternizar, salvar os fatos exemplares que deveriam servir como referências política e morais ao Estado em construção:

Eterniza-se aquilo que é suscetível de se tornar memorável, e cuja definição depende de uma série de disposições teóricas e políticas. Com efeito, após sua eternização, o fato deve ser salvo, o que, por sua vez, pressupõe certo número de procedimentos metodológicos cobrindo um campo que começa com a descoberta das fontes e se estende até a produção textual.¹⁰

Os primeiros brasileiros que escreveram sobre os acontecimentos fundadores da nação tiveram três dificuldades iniciais. A primeira sobre as distâncias geográficas, tornando assim difícil uma ideia de história geral. A segunda seria a incapacidade desses escritores em dominar os recursos filosóficos que poderiam ser úteis à escrita dessa história, e, por fim, o problema da publicação dos manuscritos e da conservação arquivística:

Os problemas ligados à origem da história do Brasil e à instituição de uma cronologia brasileira passam, portanto, pela política de colonização do país. Assim, em uma nova fase de sua história, na qual o Brasil é independente de Portugal, os brasileiros estão, finalmente, capacitados a empreender a recuperação do seu passado.¹¹

Sendo assim, em suma, instituir uma periodização e um encadeamento dos acontecimentos particulares à história do Brasil significava, no campo histórico, narrar ou

explicar a fundação do Brasil a partir do ponto de vista da própria nação. Para retornar ao tema da caracterização do Brasil como civilizado versus o Paraguai bárbaro, constatamos que tal relação vinculava-se aos objetivos da política expansionista adotada pelo Império do Brasil desde meados do século XIX, já que uma das prerrogativas da nação em construção era a manutenção e, se possível, a ampliação de seu território frente a potenciais e concretos adversários como, no caso, as repúblicas latino-americanas. E, principalmente na Região do Prata, tais objetivos expansionistas eram bem caros à política imperial bragantina.

O próprio Jourdan inseriu sua temática e, principalmente, buscou explicar as causas da guerra da Tríplice Aliança, contextualizando o processo pós-colonial pelo qual passara a América do Sul desde o começo do século XIX, salientando os movimentos de independência no Prata. Segundo ele, Buenos Aires tinha pretensões políticas de constituir um único país reunificando o território correspondente ao antigo Vice-Reinado do Prata. Todavia, segundo o historiador de origem belga, os argentinos se enganaram em relação à Banda Oriental e ao Paraguai, pois estes se mostrariam resistentes a Buenos Aires.

Em 26 de julho de 1810, após a reunião sem frutos no Paraguai, o general argentino Belgrano invadiu o território paraguaio, sendo derrotado pelo general paraguaio Cabanás, que o perseguiu e o obrigou a capitular no Rio Taquary. No ano seguinte foi organizada uma junta provisória de governo, convocando assim uma espécie de corpo legislativo que decretou um novo governo composto por cinco pessoas: Dr. Francia, Caballero, Yedros, Dr. Bogarin e o secretário Mossa. Foi reconhecida a independência do Paraguai em 12 de outubro de 1811, mas havia dúvidas quanto aos limites territoriais, questão esta que intensificaria, ao longo da primeira metade do século XIX, as rivalidades e tensões entre Paraguai e Argentina.

Do ponto de vista do governante paraguaio Francia, o Paraguai seria o legítimo detentor das antigas missões jesuíticas. Entretanto, a Argentina, da qual fazia parte a província de Corrientes, entendia que não.

Francia fora eleito ditador vitalício, governando o Paraguai até 1840. A partir de então o país começava a se isolar, anulando as relações com os países vizinhos, processo de isolamento que culminou com os posteriores anseios de Solano López em consolidar uma posição geopolítica importante na região Platina. No transcurso da história política paraguaia, após a morte de Francia, o governo passou a ter novamente dois cônsules, Carlos Lopez e Roque Alonzo. Em 1844 foi eleito Carlos Lopez como presidente por 10 anos, conservando a centralização do poder e transformando as terras da nação em bens para sua família. Lopez incentivou a organização de seu exército, que chegou a ter cerca de 8.000 homens permanentes, fortificou-se a Assumpção, Humaitá e Passo da Pátria e organizou-se a marinha de guerra. Ou seja, do ponto de vista de Jourdan, o Paraguai preparava-se para a guerra.

No ano de 1854 Carlos Lopez foi reeleito. Em 1857 foi reeleito novamente por 10 anos, mas acabou falecendo em 19 de setembro de 1862. Francisco Solano Lopez passou então a ser o presidente paraguaio, preocupando-se com a questão política na região do Prata. De acordo com Jourdan, Solano Lopez desejava construir um "Império do Prata":

O fanatismo e a servil dedicação dos seus paraguaios, recebeu-lhe base segura para conquista e fundação de um Império do Prata que rivalizasse com o do Brasil onde se propalou ter sido ferido em seu orgulho. Solano Lopez pretendia ser o árbitro dos Estados do Prata e não queria admitir a política de intervenção do Império nos negócios das repúblicas suas vizinhas.¹²

Ao contrário do Paraguai que, segundo Jourdan, se preparava militarmente a partir de meados do século XIX com objetivos expansionistas, o Brasil estava despreparado para o conflito bélico. Tal caracterização das forças brasileiras por Jourdan percebe-se quando, já na campanha do Uruguai, segundo ele, o Império não estava militarmente organizado:

O exército brasileiro organizou-se em Pirahy-Grande, ao mando do marechal João Propício Menna Barreto, e somente pôde começar em Dezembro a campanha do Estado Oriental. O que mais uma vez mostra a imprevidência dos nossos estadistas, mandando apresentar o *ultimatum* em 4 de Agosto sem forças prontas para apoiá-lo imediatamente.¹³

Assim como Jourdan, a historiografia mais recente também afirmou o despreparo militar do Império do Brasil para enfrentar inicialmente o Paraguai. Conforme Francisco Doratioto, entre dezembro de 1864 e setembro de 1865, as forças paraguaias estiveram na ofensiva, pois invadiram os territórios argentino e brasileiro. Mato Grosso era Província isolada e indefesa, tornando-se alvo fácil para o ataque paraguaio.¹⁴ Inclusive a fronteira da Província do Rio Grande do Sul era pouco guardada pelo exército e Guarda Nacional, o que também facilitou o ataque paraguaio à São Borja e Uruguaiana.¹⁵

Todavia, sob a ótica nacionalista de Jourdan, a fraqueza militar era compensada pelos sentimentos patrióticos dos soldados imperiais. Apesar de todos os problemas iniciais da campanha militar brasileira na guerra, ele se valia repetidas vezes da glorificação dos indivíduos e das forças militares que atuavam. No sítio à Montevideú, Jourdan representa o exército e a Guarda Nacional como instituições, antes de tudo, patrióticas, produzindo também a imagem de corporações que, por esta razão, iriam se sobrepor ao inimigo:

A patriótica guarda nacional do Rio-Grande do Sul erguera-se como um só homem, e acudia pressurosa ao redor do pavilhão auri-verde; os alunos da Escola Militar, e tudo quanto havia de tropa de linha disponível, engrossavam as fileiras do nosso exercito: já contavam os sitiantes 8,116 combatentes e 14 bocas de fogo.¹⁶

Em 12 de novembro de 1864 o governo paraguaio considerava a ocupação da Vila de Mello no Estado-Oriental como um

ato agressivo e provocador do Império do Brasil, declarando assim que impediria as embarcações brasileiras de viajar pelo Rio da Prata. Por este motivo acabou sendo capturado o vapor brasileiro Marquês de Olinda, que levava o novo presidente da Província do Mato Grosso, Coronel Carneiro Campos. Tal evento motivou a reação do Império do Brasil.

Além da exaltação dos personagens e de seus papéis na guerra, a historiografia tradicional, ao longo de sua narrativa, assumia quase sempre um caráter nacionalista na narração de seus fatos. Na obra de Jourdan percebemos o recorrente elogio de algumas lideranças militares brasileiras. Para exemplificar, vejamos como o historiador de origem belga exalta Manoel Luis Osório:

Em 1^a de Março de 1865, o general Manoel Luis Osório, cujo nome significará nesta guerra – gloria militar – assume o comando do exército brasileiro, e procura em seus acampamentos de S. Francisco e Dayman exercitar levas de voluntários, que pouco a pouco vem chegando e com os quais em pouco tempo pode apresentar um belo exército de 20.000 homens prontos a combater o inimigo.¹⁷

O autor citou também a ordem do dia publicada pelo Comandante José Thomaz Gonçalves, onde podemos inferir como ele produziu a imagem de um soldado brasileiro que lutava inclusive pela sua honra:

Camaradas: Vossa retirada teve lugar em boa ordem, nas circunstâncias mais difíceis, sem cavalaria, contra um inimigo audacioso, que possuía formidável [...] quem em dois dias tirou-lhes o seu comandante, o seu imediato e vossos guias; e todos esses males, todos esses desastres os suportastes no meio de um cataclisma, de chuvas torrenciais, de tormentas, de inundações [...]; Soldados! Sejais honrados pela vossa constância, que conservou ao Império nossos canhões e nossas bandeiras.¹⁸

Outra característica constante da narrativa de Jourdan era a descrição minuciosamente dos eventos. Vejamos como ele narrou a invasão paraguaia ao forte de Coimbra no Mato Grosso:

Ao meio dia começou o assalto ao forte, sendo repellido com vigor; durou combate até às 7 horas, cessando por causa da noite. No dia 28 recomeçou o assalto sem efeito decisivo e com perdas numerosas para o inimigo. As 7 horas da noite mandou Barrios tocar a retirada. O coronel Porto-Carreiro fez reconhecer pelo capitão Augusto Conrado e pelo segundo tenente Oliveira Mello a frente do forte. Voltaram com 18 feridos, 85 espingardas e contaram mais de 100 cadáveres no pequeno espaço que percorreram.¹⁹

A pretensão de Jourdan, perceptível acima, era relatar “a verdade dos fatos”. Porém, como nos lembra Reinhart Koselleck, o conteúdo factual estabelecido posteriormente aos eventos investigados nunca é idêntico à totalidade das circunstâncias passadas, visto que “todo evento investigado e representado historicamente nutre-se da ficção do factual, mas a realidade propriamente dita, como sabemos, já não pode mais se apreendida”.²⁰

Na perspectiva de Koselleck, exigia-se do historiador que ele oferecesse não uma realidade passada, mas sim a ficção de sua facticidade. O intervalo temporal acaba por forçar o historiador, inevitavelmente, a fingir a realidade histórica. Ele estava obrigado a servir-se basicamente dos meios linguísticos da ficção para apoderar-se de uma realidade cuja atualidade já havia desaparecido:

Não só do ponto de vista da técnica de apresentação, mas também do ponto de vista epistemológico, exige-se do historiador que ele ofereça não uma realidade passada, mas sim de sua facticidade.²¹

O que se percebe na narrativa de Jourdan, como já afirmamos anteriormente, é um texto carregado de apelos nacionalistas

a moda da história mestra da vida. Ao longo de sua versão construída acerca da guerra, há sempre militares brasileiros heróicos combatendo invasores paraguaios considerados bárbaros e atrasados. No relato ao ataque a Curuzu, vejamos como ele exaltou o personagem Manuel Marques de Souza, o Barão de Porto Alegre e também os soldados brasileiros:

Às 7 horas e 15 minutos, o general Barão de Porto Alegre, vendo o ardor do seu pequeno Corpo de exercito, manda calar a artilharia, faz sinal à esquadra e metendo em linha sua infantaria, dá vivas ao Imperador e à Nação Brasileira e carrega sobre um inimigo, que não pôde deixar de aterrar-se diante de tanta audácia! [...] Cheios do mais ardente entusiasmo, os nossos soldados em poucos minutos atravessam a chuva de ferro que lhes veda o fosso inimigo. Precipitam se uns sobre os outros, galgam o parapeito, e lutam peito a peito, braço a braço com os artilheiros e infantes paraguaios, matando-os ao lado de seus canhões!²²

Por conta disso, na perspectiva da escrita da história de Jourdan, como identificamos, há um privilégio para a narração de eventos de curta duração e aos feitos dos grandes personagens. Neste sentido, partindo do princípio teórico que todo historiador, ao produzir conhecimento sobre o passado e transformar isto em texto, constrói um tempo histórico, a concepção de história de Jourdan, como era usual no contexto em que foi escrita, não considerou as diferentes camadas de tempo de que fala Koselleck, que exigem diferentes aproximações metodológicas ao lidar com o tempo histórico. Jourdan se ateu a quase que, exclusivamente, a uma delas, a do tempo curto, do evento que pode ser narrado, mas que carece de uma análise mais elaborada:

Isso leva o historiador a estabelecer um pressuposto: conforme o resultado da investigação serão utilizados diferentes meios de comunicação do conteúdo, na prá-

tica, o limite entre a narração e a descrição não pode ser mantido; já na teoria dos tempos históricos, os níveis que abrigam as diferentes extensões temporais não se interpenetram completamente. [...] partimos do princípio de que “eventos” só podem ser narrados e “estruturas” só podem ser descritas.²³

Na escrita de Jourdan não há análise de processos históricos mais amplos no tempo, caracterização de estruturas, nem a abordagem de conjunturas, mas, fundamentalmente, como estamos enfatizando, a narração de fatos e ações principalmente individuais. Podemos ver, na obra estudada, a representação privilegiada de certos eventos como, por exemplo, as narrativas das batalhas. O bombardeio aliado ao forte de Curupaiti foi relatado assim:

As 8 horas, tendo-se dissipado a cerração que, semelhante a um denso véu, cobria o campo, onde tinha de travar-se a terrível pugna, começa o fogo das nossas baterias e de todos os navios da esquadra, Curupaity parece presa de um vasto incêndio. Um clarão sinistro alumia-lhe, de minuto em minuto, a desesperada guarnição que trabalha com indescritível furor á sombra do negro fumo que a cobre! Trava-se o supremo duelo. Varias explosões provam o efeito de nossas bombas. Sob uma abobada tremenda de balas, ao cair incessante d'aquela tempestade de ferro vomitada por 90 bocas de fogo, o inimigo manda-nos também a morte, nos braços da qual caiem, para logo, centenas de nossos companheiros! A nossa bateria move-se em um solo alastrado de cadáveres brasileiros!²⁴

Mais adiante, ao narrar o término do conflito, Jourdan destacou novamente o senti-

mento nacional brasileiro que, segundo ele, movia oficiais e soldados a lutar pelo Império do Brasil e derrotar o “tirano” Solano Lopez e o Paraguai:

Assim terminou a longa e sanguinolenta luta, em que se empenharam três nações para extirpar a tirania do Sul da América. Entre elas, destaca-se o vulto gigantesco do Império, cujas profundas feridas, abertas por cinco anos de sacrifícios enormes, reclamam sérios remédios para cicatrizarem! (...) Imensos cabedais esgotaram-se na porfiada luta; mas o Brasil, em compensação de tão graves males, convenceu-se de que não há fraqueza para as nações, quando o brio e o patriotismo constituem uma fonte perene de meios próprios a empregar-se.²⁵

Para concluir, afirmamos que analisar a escrita da história de Emilio Carlos Jourdan sobre a Guerra do Paraguai foi um exercício muito profícuo, pois por intermédio de uma historiografia que escreveu sobre o evento logo após ele ocorrer e por homens que foram protagonistas do conflito, trata-se de um texto que nos fornece inestimáveis informações sobre o conflito bélico em questão. Além disso, talvez o que seja mais importante, ao realizarmos uma análise historiográfica, foi possível recuperarmos as visões de história e as explicações da guerra na perspectiva de um historiador militar brasileiro das últimas décadas do século XIX. Enfocar e discutir tal concepção de história, que privilegiava a narração de eventos e a construção de heróis e que, portanto, estava imbuída de sentimentos nacionalistas e de um caráter pedagógico, contribui para compreendermos como a produção do conhecimento histórico possui, quase sempre, um caráter político.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURKE, Peter (Org.). *A escrita a história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CEZAR, Temístocles. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. In: NEVES, Lucia Bastos Pereira das (Org.). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

CHIAVENATO, José Júlio. *Genocídio americano: A Guerra do Paraguai*. São Paulo: Editora Moderna, 1998.

DORATIOTO, Francisco. *O conflito com o Paraguai: A grande guerra do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1996.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002.

FERTIG, André. *Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil (1850-1873)*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2010.

FERTIG, André. O General Câmara na Guerra do Paraguai através de suas correspondências. *Estudios Historicos*, Rivera: n.10, julho de 2013.

FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. V. 5. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. Rio de Janeiro, *Estudos Históricos*, n. 1, 1988.

GUIMARÃES, Manuel Salgado. Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista. In: GUIMARÃES, Manuel Salgado (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006

JOURDAN, Emílio Carlos. *Guerra do Paraguay*. Rio de Janeiro: Typographia de Laemmert, 1890.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2014.

TURIN, Rodrigo. *História da Historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero*. Ouro Preto, História da Historiografia, n. 13, dezembro de 2013.

¹ Exemplos dessas tendências historiográficas podem ser conferidos, entre outras, nas obras: SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: Escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990; BETHELL, Leslie. *Guerra do Paraguai: história e historiografia do imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará 1995. In: MARQUES, M.E.C.M., org. *A Guerra do Paraguai 130 anos depois*; DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

² Para uma revisão historiográfica a respeito da historiografia militar ver: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, principalmente a introdução.

³ JOURDAN, Emílio Carlos. *Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Typographia de Laemmert, 1890, p. 152. Em todas as citações respeitaremos a ortografia original da edição analisada.

⁴ GUIMARÃES, Manuel Salgado. Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista. In: GUIMARÃES, Manuel Salgado (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 71.

⁵ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

⁶ JOURDAN, Emilio Carlos. Op. cit, p. 66.

⁷ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. Rio de Janeiro, *Estudos Históricos*, n. 1, 1988.

⁸ Idem, p. 6

⁹ Idem, p. 7.

¹⁰ CEZAR, Temístocles. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. In: NEVES, Lucia Bastos Pereira das (Org.). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 97.

¹¹ JOURDAN, Emilio Carlos, Op. cit, p. 101.

¹² JOURDAN, Emilio Carlos. Op. cit, p. 27.

¹³ Idem, p. 29.

¹⁴ DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

¹⁵ Sobre a invasão pelas forças paraguaias da Província do Rio Grande do Sul ver: FERTIG, André. *Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil (1850-1873)*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2010.

¹⁶ JOURDAN, Emilio Carlos, Op. cit, p. 36.

¹⁷ Idem, p. 49.

¹⁸ Idem, p. 46.

¹⁹ Idem, p. 40.

²⁰ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006, p. 141

²¹ Idem, p. 249.

²² JOURDAN, Emilio Carlos, Op. cit, p. 100-101.

²³ Idem, p. 133.

²⁴ JOURDAN, Emilio Carlos, Op. cit, p. 104. Após a vitória em Curuzu, no início de setembro de 1866, as forças aliadas esperaram se reorganizar para atacar Curupaiti, visto que o Quartel General Paraguaio se situava bem próximo dali, em Passo-Pacu. Todavia, em reunião de 8 de setembro de 1866, os comandantes Mitre, Flores e Polidoro (substituto de Osório) resolveram atacar a fortaleza de Curupaiti. Quem comandou o ataque foi o General Bartolomeu Mitre, como cerca de 10 mil soldados brasileiros (do 2º Corpo do Exército, sob o comando de Marques de Souza, mais 5 batalhões do 1ª Corpo), além de 9 mil soldados argentinos e 24 bocas de fogo. Sem discutir as causas da derrota, já que este não é nosso objetivo neste artigo, Curupaiti foi a maior derrota dos aliados, causando a morte de, pelo menos, 400 brasileiros e cerca de 700 argentinos. A derrota em Curupaiti provocou mudanças significativas nos comandos de guerra das forças aliadas, como a ascensão de Luis Alves de Lima e Silva (na época, Marquês de Caxias) ao comando do exército brasileiro no Paraguai. Além disso, depois batalha de Curupaiti até a ofensiva à fortaleza de Humaitá, que aconteceria somente a partir de julho de 1867, houve um interregno do conflito, um longo período de inércia das tropas aliadas, o que possibilitou à Caxias a reorganização das forças aliadas. Sobre estes eventos consultar, por exemplo: FERTIG, André. O General Câmara na Guerra do Paraguai através de suas correspondências. *Estudios Historicos*, Rivera: n.10, julho de 2013.

²⁵ Idem, p. 231.